

G. con Brasil “Redistribuição de renda é inviável neste momento”

por Adriana Salles Gomes
de São Paulo

O Brasil está vivendo a “rebelião das cobaias”. A população não aceita mais nenhum tipo de choque econômico; isso ficou evidente nas liberações judiciais dos cruzados novos. A única alternativa do governo é recuperar credibilidade com ações previsíveis, mantendo políticas austeras na área monetária e fiscal, negociando a política de rendas com toda a sociedade — o que ele começou a fazer — e implementando políticas sociais compensatórias, já que é inviável redistribuir renda em um momento em que o salário médio real é de US\$ 230 mensais, aproximadamente.

Enquanto isso, o País tem que aceitar uma taxa de crescimento residual ou até mesmo negativa, sob pena de enfrentar outra década perdida. Mas, nada disso faz sentido se não houver um planejamento de longo prazo, com a transformação da indústria brasileira, cujas bases devem ser lançadas nesse período de estabilização.

Essa é a síntese da palestra, em vários momentos emocionada, que o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso fez ontem, na Faculdade de Economia e Administração da USP. Não se tratou de uma “História Empresarial Vivida”, que é o título do programa de depoimentos para o qual ele contribuiu, mas de um projeto para o País, que obteve a anuência tanto das plataformas liberais — pode-se dizer, estava ali representada pelo debatedor e empresário Hermann Wever, da Simmens — quanto das sociais-democratas — encarnadas pelo debatedor e vice-governador do Ceará, Lúcio Alcântara (PSDB).

Velloso almeja para o Brasil um “círculo virtuoso de crescimento sustentado” semelhante ao que aconteceu na Europa do

pós-guerra. Segundo ele, isso já poderia ter ocorrido se, no início da década de 80, depois de uma etapa protecionista, houvesse à abertura econômica. Wever fez coro: “A política de informática de 1984 nos fechou ao fluxo de tecnologias externas no momento em que elas explodiam em todo o mundo. Isso explica por que nossa produtividade estagnou nos últimos dez anos”.

Para recuperar o tempo perdido, o ex-ministro afirmou que o governo precisa perguntar aos empresários o que eles precisam para ser competitivos — “resolver o problema dos portos e a questão cambial, por exemplo” —, mas também criar salvaguardas, além de incentivos fiscais (inclusive regionais) e linhas de crédito. “Senão, não haverá desenvolvimento tecnológico.” O vice-governador Lucio Alcântara, defensor dos incentivos regionais, disse que tem informações de que o governo federal pensa em reativar as Zonas Processadoras de Exportação (ZPE) e que seu estado está preparado para isso.

Segundo Velloso, o Brasil precisa aprender logo a usar suas novas vantagens comparativas (em relação ao resto do mundo), em vez de ficar batendo na mesma tecla da mão-de-obra barata e de recursos naturais abundantes. “Temos mão-de-obra crítica em ‘engineering’, ‘software’; o exemplo é a nossa indústria aeronáutica, nossos sistemas bancários”, disse o ex-ministro.

“Precisamos fazer opções de produção e de marketing para penetrar os vários mercados externos: ou desenvolvemos linhas de produtos padronizados ou fazemos aplicações especiais procurando nichos específicos”, receitou. Velloso acha que o governo deve incentivar os setores exportadores também porque são grandes geradores de empregos.